

758
a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. TENÓRIO DOS SANTOS

4ª Câmara Cível.

Embargos de Declaração/Apeação Cível nº 285080-6

Embargante: Bandeprev – Bandepe Previdência Social

Embargados: Espólio de Ruben Catunda da Silva e Outros

Des. Relator: Tenório dos Santos.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS À UNÂNIME. Os embargos de declaração têm por finalidade a eliminação de obscuridade, contradição ou omissão, não sendo meio hábil para reexame da causa. O órgão julgador não está obrigado a dissecar todos os argumentos que são levantados, devendo tão somente se ater aos fatos que são capazes de formar o seu convencimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes embargos de declaração nº 285080-6 em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores integrantes da 4ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos rejeitar os embargos de declaração, na forma dos votos, notas taquigráficas e demais peças que integram os presentes embargos.

Recife, 21 de 3 de 2013.


Tenório dos Santos
Des. Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. TENÓRIO DOS SANTOS

4ª Câmara Cível.

Embargos de Declaração/Apeleção Cível nº 285080-6

Embargante: Bandeprev – Bandepe Previdência Social

Embargados: Espólio de Ruben Catunda da Silva e Outros

Des. Relator: Tenório dos Santos.

RELATÓRIO E VOTO:

Trata a hipótese de embargos de declaração interpostos contra supostas omissões contidas no Acórdão proferido por esta Egrégia 4ª Câmara Cível, no recurso de apelação cível manejado pela Embargante.

Bem a propósito, o acórdão embargado foi assim ementado:

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESUAL. APELAÇÃO CÍVEL. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. BOA-FÉ OBJETIVA. PRELIMINAR DE PRESQUICÃO REJEITADA. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. Em se tratando de complementação de aposentadoria oriunda de norma regulamentada pelo Órgão Previdenciário, a prescrição atinge somente às diferenças compreendidas no quinqüênio anterior a data da propositura da ação. Preenchidos os requisitos legais para obtenção da aposentadoria de forma integral, judicosa é a decisão que julgou procedente o pedido inicial.

Como argumento para os presentes aclaratórios, sustenta a embargante que existem omissões no acórdão fustigado, mormente porque não houve pronunciamento acerca de matérias ventiladas quando do seu recurso de apelação, especificamente no que tange aos princípios constitucionais da comutatividade; isonomia e *pacta sunt servanda*.

Desse modo, requer sejam supridas as omissões apontadas, com o provimento do seu recurso de apelação.

Contrarrazões às fls.736/754, rogando pelo improvimento dos embargos de declaração

No que interessa, é o relatório.

Dentro do contexto legal estatuído no Art. 535, do CPC, o propósito dos embargos de declaração é permitir à parte requerer ao prolator da decisão judicial o seu complemento, no caso de omissão quanto a ponto ou questão a qual deveria se pronunciar e/ou eventuais esclarecimentos quanto à obscuridade ou contradição contidas no pronunciamento judicial, possibilitando ainda, em caráter excepcional, emprestar efeitos infringentes ao julgado, na hipótese de erro material ou equívoco manifesto.

Em espécie, não assiste razão a embargante quando alega não apreciação de matérias argüidas quando do manejo do seu recurso de apelação.

Da leitura do acórdão, resulta claro que o Tribunal julgou a lide segundo os dispositivos que entende como aplicáveis ao caso, referindo-se a questões jurídicas essenciais ao julgamento.

Os votos dos membros da 4ª Câmara Cível, diferente do entendimento da embargante, implicitamente, referiu-se aos princípios suscitados pela embargante.

Ademais, a simples argüição do Embargante, de que não haveria exame acerca dos indigitados princípios, não pode ser

F61
④

interpretada como omissão, até mesmo porque o órgão judicial não está obrigado a dissecar todas as questões que são levantadas, devendo tão somente se ater aos fatos e questões de direito que são capazes de formar o convencimento do julgador.

Ao enveredar por uma linha de entendimento, sem acolhimento da tese esgrimida pela Embargante, a Corte cumpriu a sua tarefa de outorgar a tutela jurisdicional. Como é cediço, a orientação de julgamento é aquela do livre convencimento motivado (Art. 131, do CPC) em que o Tribunal ou Juiz deve exteriorizar as razões de decidir, o que efetivamente ocorreu no acórdão embargado.

Resulta claro, dessarte, que a pretensão da Embargante é de prevalecer tese advogada durante o processo, o que não se admite nessa espécie recursal, sob pena de transformá-lo em recurso ordinário

Desta forma, estou convencida que o acórdão é bastante claro, não deixou qualquer ponto suscitado sem debate, nem sequer possui qualquer omissão, capaz de autorizar o acolhimento dos presentes embargos.

Por todo o exposto, entendo que não existe qualquer omissão a ser suprida, e, não sendo o caso de emprestar qualquer efeito modificativo ao julgado, uma vez que não há fato novo que o enseje, voto no sentido de rejeitar integralmente os presentes Embargos de Declaração.

É como voto.

Recife, 21 de 3 de 2013.


Tenório dos Santos

Des. Relator